



QUESTÃO INDÍGENA

Representantes dos povos originários envolvidos nas denúncias sobre o abandono dos ianomâmis recebem segurança do governo. Por causa das ações contra os garimpeiros, passaram a ser frequentemente intimidados e ameaçados de morte

Líderes incluídos em programa de proteção

» TAINÁ ANDRADE

Indígenas que estão na linha de frente das denúncias e da operação na terra dos ianomâmis foram incluídos, pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), em programas de proteção do governo federal. O grupo tinha feito o pedido na semana passada, em reunião entre a equipe da pasta e lideranças nativas, uma vez que desde o início da operação para a expulsão de garimpeiros da reserva, multiplicaram-se as ameaças que habitualmente recebem.

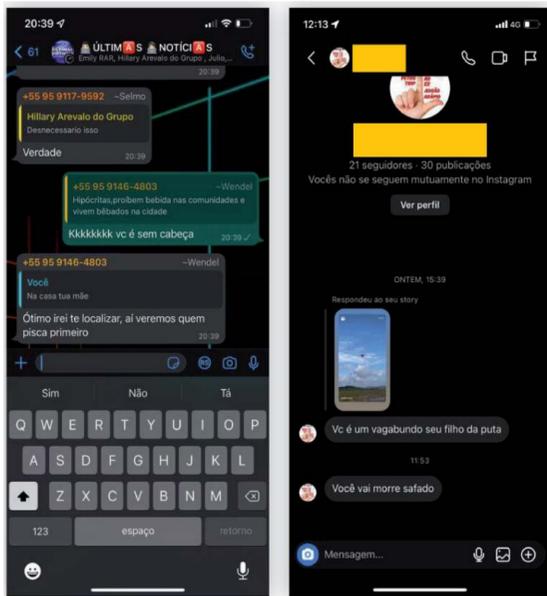
Junior Hekurari Yanomami, presidente da Urihi Associação Yanomami, afirma que vem recebendo recados intimidadores passados por diversas pessoas. "Muitas mensagens de ameaças pelo Instagram. Falam que são snipers, que vou morrer, que minha cabeça está desenhada, que estão me procurando. Às vezes, os garimpeiros mandam recado pelos ianomâmis. Não sei como descobriram meu número (de celular), mas me xingam para que pare de denunciar. Recebo muitos recados ameaçadores até do pessoal da cidade, de taxistas e motoristas de Uber", detalhou.

Uma fonte que participa das ações em Boa Vista, e que conversou com o **Correio** sob a condição de anonimato, assegurou que o MDH incluiu as lideranças indígenas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas — mas para "para preservar informações e a segurança dos envolvidos" não disse quem são. Também não informou se outros chefes dos povos originários locais serão incluídos.

A fonte ouvida pelo **Correio** também reforçou que tanto na terra dos ianomâmis quanto na capital de Roraima, o clima é de tensão. "O que se percebe são os poderosos com mais medo. Há muitos comentários de que isso terá impacto na economia", observou.

Segundo essa mesma fonte, "os garimpeiros estão com muita raiva por estarem andando até Boa Vista. É um momento muito tenso, tanto para os ianomâmis, quanto para as lideranças que estão na linha de frente. Estamos sendo ameaçados pelos garimpeiros e, com certeza, pelos empresários. A gente sabe muito bem quem são os financiadores".

Reproduções de tela



Prints de tela com ameaças que Junior Yanomami recebeu recentemente

Michel Dantas/AFP



Voadeiras que servem ao garimpo fogem das terras ianomâmi pelo rio Uraricoera. Medo é de retaliações



Falam que são snipers, que vou morrer, que minha cabeça está desenhada, que estão me procurando. Às vezes, os garimpeiros mandam recado pelos ianomâmis. Me xingam para que pare de denunciar. Recebo muitos recados ameaçadores até do pessoal da cidade"

Junior Hekurari Yanomami, presidente da Urihi Associação Yanomami

PSol quer cassar Damares por omissão

» VICTOR CORREIA

O PSol protocolou, ontem, no Conselho de Ética do Senado, um pedido de cassação do mandato da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) por omissão e participação direta na tragédia dos indígenas ianomâmis. O pedido se refere ao período em que ela esteve à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, no governo de Jair Bolsonaro. A legenda acusa Damares de ser "peça fundamental para o projeto do genocídio ianomâmi perpetrado pelo governo" anterior.

A entrega simbólica da petição foi realizada pelos deputados Pastor Henrique Vieira (RJ) e Luciene Cavalcante (SP). "O governo tinha plena consciência do que estava acontecendo, o que comprova ação e omissão grave e deliberada", afirmou Henrique. "Damares é a expressão mais exata do que é o fundamentalismo religioso na política. Ela não agiu contra os povos originários a despeito da sua fé, mas por causa de uma fé intolerante, bélica, autoritária, desumana e insensível", acrescentou.

Citando os casos de estupro e gravidez de mulheres ianomâmis por garimpeiros ilegais, Luciene

Marcos Oliveira/Agência Senado



Partido responsabiliza senadora pela crise humanitária dos ianomâmis

considera que Damares cometeu o crime de prevaricação. "É quando um agente público deixa de agir frente a uma atribuição que é sua. Ela tinha o dever e não agiu. Agora temos um cenário catastrófico", lamentou.

A representação argumenta que a ex-ministra utilizou a máquina pública para promover uma política "etnocida e racista" não só contra os ianomâmis, mas também contra outros povos originários. O documento, que traz

anexado fotos feitas na Terra Indígena Yanomami mostrando a situação de crise humanitária vivida pela etnia, afirma, ainda, que Damares "agiu com descaso e ausência de medidas de proteção aos povos indígenas". O PSol pede que seja aberto um processo disciplinar contra a senadora, e eventual cassação do mandato.

O pedido é baseado em um relatório preliminar feito pelo ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, indicando que a gestão de Damares não agiu em defesa dos ianomâmis e favoreceu o garimpo ilegal na região. Desde quarta-feira, uma comissão composta pelos ministros da Defesa, José Múcio Monteiro, dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e de Almeida está em Roraima para acompanhar as ações em defesa dos indígenas.

O Conselho de Ética do Senado não se reúne desde 2019, mas o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), assegurou que será reaberto. Damares nega as acusações de omissão frente aos ianomâmis.

A senadora foi procurada pelo **Correio** para que comentasse a representação do PSol, mas o número estava desligado.

Medo fecha postos de saúde para nativos

A fim de se precaver de represálias dos garimpeiros, foi reforçado o monitoramento policial no Distrito de Saúde Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) e das sedes das organizações indígenas que têm representação em Boa Vista. Mas, mesmo antes da chegada de integrantes do governo federal, o atendimento médico aos ianomâmis funcionava mal por causa dos invasores.

Ao menos sete polos de atendimento aos indígenas estão fechados devido à insegurança causada pela ação de garimpeiros, segundo um relatório da missão exploratória do Ministério da Saúde, que na segunda

quinzena de janeiro esteve no território ianomâmi. A demanda de pacientes que seriam atendidos por esses polos sobrecarrega o polo-base Surucucu.

O DSEI-Y atende pouco mais de 31 mil indígenas, distribuídos em 31 polos-bases, que se localizam em 379 aldeias. No relatório, o ministério conta que a missão se deu após, em janeiro, haver denúncia de óbito de três crianças, entre 24 e 27 de dezembro, em detrimento de "falha do serviço de transporte aéreo e impossibilidade de locomoção das crianças" para atendimento. A pasta decidiu fazer a vistoria em Surucucu e Xitei, consideradas "regiões

31 MIL

indígenas são atendidos em 31 polos-bases, que se localizam em 379 aldeias na terra ianomâmi

prioritárias" por causa da "proximidade com as comunidades que tiveram seus polos-base e unidades de saúde fechadas devido à insegurança do garimpo ilegal".

A pasta destaca, em nota no site do ministério, que além da insegurança, "os principais

problemas encontrados foram estruturas de atendimento em condições precárias, falta de profissionais e uma desassistência generalizada". Funcionários da saúde indígena, que atenderam os ianomâmis, já haviam relatado o medo dos invasores e dos nativos cooptados para trabalhar no garimpo, que têm armas de fogo. "Tem crianças armadas, tem adolescentes armados", afirmam. Na reserva, os profissionais da saúde, por medo, atendem também os garimpeiros, o que agrava a falta de remédios e aumenta a carga de trabalho.

Grupos ligados à mineração ilegal dominam áreas dentro da

reserva, incluindo pistas de pouso e até uma unidade de saúde. "Ocorre a troca de remédio por ouro", afirma Junior Hekurari Yanomami, presidente da Urihi Associação Yanomami.

Insegurança

De acordo com o ministério, no território da etnia existem 31 polos-base e 37 UBSI (Unidades Básicas de Saúde Indígena). Quando o relatório menciona que não há equipes de saúde em algumas unidades, é porque não havia condições de os profissionais serem enviados de forma segura para essas áreas. Ainda de

acordo com a pasta, foi solicitado o reforço na segurança, além das reformas estruturais para a reativação dos polos desativados.

Para esclarecer a situação, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga, assim como os responsáveis pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e pelo DSEI-Y no governo Bolsonaro, foram procurados — mas não se obteve resposta. O coronel Robson Santos da Silva, que comandou a Sesai até abril de 2022, disse que "sem uma visão histórica dos fatos, não há uma compreensão da situação". Outras autoridades do DSEI-Y e Sesai não foram localizadas. (ComTA)